

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

JORNALISMO MEDIATIVISTA AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES DE UMA ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA DA AMAZÔNIA REAL

Katarini Giroldo Miguel, Amanda Franco de Souza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6095>

Submetido em: 2023-05-16

Postado em: 2023-05-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

JORNALISMO MEDIATIVISTA AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES DE UMA ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA DA AMAZÔNIA REAL

Katarini Giroldo Miguel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-1030-0619>

Amanda Franco de Souza

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-8683-8503>

RESUMO – Nossa pesquisa busca entender e problematizar as proximidades entre o jornalismo ambiental e a prática midiativista a partir da Análise da Cobertura Jornalística (Silva & Maia, 2011) do portal Amazônia Real, adaptada aos nossos esforços empíricos em um protocolo de jornalismo ambiental midiativista. Apresentamos, nos limites deste artigo, os caminhos metodológicos de duas reportagens que destacam a força dos pressupostos do jornalismo ambiental: ênfase na contextualização, pluralidade de vozes, assimilação do saber ambiental (Loose & Girardi, 2017); as táticas discursivas do midiativismo, mas também o subaproveitamentos dos recursos e da forma de apresentação dos acontecimentos. Mais que noticiados, eles deveriam ser protestados, no horizonte da reportagem-manifesto.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Midiativismo. Amazônia Real. Análise de Cobertura Jornalística.

ENVIRONMENTAL MEDIA ACTIVISM JOURNALISM: contributions from an analysis of journalistic coverage of the Amazonia Real

ABSTRACT – Our research aims to understand and problematize the proximity between environmental journalism and media activist practice based on the Journalistic Coverage Analysis (SILVA, MAIA) of the Amazônia Real portal, adapted to our empirical efforts in a media activist environmental journalism protocol. We present, in this article, the methodological steps of two reports that highlight the strength of the assumptions of environmental journalism: emphasis on contextualization, plurality of voices, assimilation of environmental knowledge (Loose and Girardi, 2017); the discursive tactics of mediativism, but also the underuse of resources and the way events are presented. More than reported, they should be protested, within the scope of the manifesto-report.

Key words: Environmental Journalism. Media Activism. Amazonia Real. Journalistic Coverage Analysis.

PERIODISMO ACTIVISTA AMBIENTAL: aportes desde un análisis de la cobertura periodística de la Amazonía Real

RESUMEN – Nuestra investigación busca comprender y problematizar la proximidad entre el periodismo ambiental y la práctica activista de los medios a partir del Análisis de Cobertura



Periodística (Silva & Maia, 2011) del portal Amazônia Real, adaptado a nuestros esfuerzos empíricos en un protocolo de periodismo ambiental activista. Presentamos, dentro de los límites de este artículo, los caminos metodológicos de dos reportajes que destacan la fortaleza de los presupuestos del periodismo ambiental: énfasis en la contextualización, pluralidad de voces, asimilación de saberes ambientales (Loose & Girardi, 2017); las tácticas discursivas del mediativismo, pero también la infrautilización de los recursos y la forma de expor los hechos. Más que publicados, deben ser protestados, en el ámbito del reportaje-manifiesto.

Palabras clave: Periodismo Ambiental. Media Activismo. Amazonia Real. Analisis de Cobertura Periodística.

1 Do primeiro manifesto: transgressão solidária como prática jornalística

Os/as midiativistas são pessoas que carregam uma espécie de interesse solidário, operam com atitudes diretas transgressivas, intencionais, e vislumbram a potencialidade das habilidades de intervenção social colocadas em prática, a partir de um “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (Braighi & Câmara, 2018, p. 36). O midiativismo abrange a função de informar, mediar, vinculada ao sentido de transgressão solidária (Jordan, 2002), objetivando modificações de situações e contextos.

2013. Um coletivo de mulheres se intitula como “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos [...] que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia, [...] em especial daquelas que não têm espaço na grande imprensa”. O jornalismo produzido “opera com conceitos e práticas de justiça social, justiça ambiental e direitos humanos”, e “conta com o trabalho de profissionais com sensibilidade na busca de grandes histórias” (Amazônia Real).

A proposta é de uma contra narrativa, centralizada em vozes da comunidade, com ênfase em um tipo de jornalismo engajado. Há ainda a declarada defesa da democratização da informação, liberdade de imprensa e expressão em sua linha editorial, pressuposto similar ao midiativismo. As pautas possuem como foco os problemas e questões ambientais vivenciados na Amazônia e perpassem o viés dos Direitos Humanos, a exemplo de abordagens acerca dos conflitos agrários, migrações, tráfico de pessoas.

A Amazônia Real defende que grupos sociais como povos indígenas, populações tradicionais, tais como quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores e trabalhadoras rurais, ativistas ambientais, ambientalistas, mulheres e homens da floresta, são sujeitos e protagonistas de suas próprias narrativas, sem necessidade ou interferência de mediadores. Essas vozes precisam ser escutadas, compreendidas e suas ideias, práticas culturais e vivências, visibilizadas. Essas populações, ao mesmo tempo em que são defensoras e defensores de saberes culturais e da natureza, são alvo de ameaças e conflitos ao denunciar ataques e ameaças, sem a proteção do aparato institucional do Estado. Elas correm perigo por denunciar crimes como desmatamentos, grilagem de terra, queimadas, incêndios florestais, impactos de grandes obras, invasões, entre outras ameaças (Amazônia Real).

A Amazônia Real consegue pluralizar a pauta do movimento ambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (Castells, 2013) ao atravessar também a questão de classe, gênero e raça. A profundidade e complexidade empregadas na construção narrativa jornalística da agência revelam uma transversalidade das pautas produzidas, no sentido de que extrapolam a questão do meio ambiente natural, versando sobre as temáticas políticas, econômicas, sociais e culturais interdependentes, e pluralizam a cobertura e o próprio fazer jornalístico por meio de intervenções explícitas, próprias do midiativismo.

2020. Identificamos que os ideais do midiativismo se aproximam da especificidade conceitual do jornalismo ambiental, no sentido de que ambos têm como finalidade informar de modo engajado, comprometido, corporificado, na tentativa de complexificar os acontecimentos para além dos fatos, a partir da diversidade de vozes, prezando pela denúncia, por posicionamentos críticos e propositivos (Autoras, 2020).

Nesta esteira, nossa investigação de mestrado se volta para analisar a cobertura jornalística produzida pela Amazônia Real, em um espaço-tempo definido, com as lentes do ativismo. Apresentamos aqui um excerto do esforço empírico, na tentativa de entender as possibilidades e fragilidades de um jornalismo ambiental midiativista desde o portal em questão. Nosso procedimento metodológico se baseia na Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), para criar um protocolo de análise para o jornalismo ambiental midiativista, adaptado à novos marcadores de análise para o objeto em questão em três etapas principais.

O primeiro nível refere-se às marcas de apuração, divididas em três dimensões propostas pelas autoras e revisadas pelos nossos interesses de pesquisa: 1) Assinatura da matéria – identificar os autores do processo da construção da reportagem, como repórter, correspondente, colaborador ou sem assinatura, ajuda a entender o peso da autoria e o lugar do indivíduo midiativista. 2) Local de apuração/ acesso do jornalista ao local do acontecimento – conhecer o espaço de atuação, se foi interno (redação) ou externo (presencialmente), e as possibilidade de intervenção do/a repórter, por exemplo, pode trazer um indicativo de engajamento intensificados no midiativismo e no jornalismo ambiental. 3) Origem da informação – classificar as fontes de informações consultadas em critérios que ajudam a entender a construção narrativa: a) o modo como a informação foi obtida (direta ou indiretamente), b) a natureza das fontes (personagem/cidadã, especialista, institucional, poder público, documental ou eletrônica) e c) posição das fontes no contexto dos acontecimentos (SILVA, MAIA, 2011).

O segundo nível compreende as marcas da composição do produto, no caso, optamos pelos textos informativos, selecionados na editoria de Meio Ambiente e ampliamos este marcador para outros elementos externos ao texto. 4) Recursos multimídias e midiativistas – para verificar gráficos, tabelas, ilustrações, fotografias, vídeos e táticas ciberativistas, como utilização de *hashtags*, campanhas, manifestos agregados, propostas de viralização, entre outros.

O terceiro e último nível envolve os aspectos das circunstâncias da produção, ou seja, as inter-relações das realidades interna e externa, nos concentrando nesta última. 5) Caracterização contextual socioambiental – nos interessa aqui as particularidades do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e a abordagem da conjuntura sócio-histórica-cultural envolvida (SILVA, MAIA, 2011). Neste item é que conseguimos visualizar mais diretamente as características do jornalismo ambiental.

2021. Como *corpus* da pesquisa de natureza qualitativa, selecionamos reportagens da editoria de Meio Ambiente, como dito, tendo como recorte os meses de abril a novembro de 2021¹ e considerando diferentes temáticas e de distintos territórios da região amazônica. No espaço deste trabalho, apresentamos duas análises de tempos e temas diferentes que dão conta de entender essa prática jornalística midiativista ambiental no produto manifestado e como manifesto. Antes disso, contudo, nos é bastante cara a compreensão do jornalismo ambiental e merece um segundo panfleto.

2 Jornalismo Ambiental como panfleto de sobrevivência planetária



As frequentes abordagens acerca das problemáticas ambientais não extinguem as preocupações que rodeiam o campo jornalístico sobre o assunto. Refletir a respeito da pauta ambiental configura um exercício desafiador, que excede apenas uma editoria especializada. Grande parte das investigações em jornalismo ambiental apresentam críticas em comum e reiteram a ausência de uma cobertura sistêmica, com foco na representação de tragédias e catástrofes, fornecendo ao público uma perspectiva da área conduzida por eventos (Holanda & Costa & Kääpä, 2020), que vai ao encontro da síndrome da baleia encalhada apontada por Bueno (2007), ou seja, a cobertura espetacularizada e sensacionalista acerca dos desastres ambientais, destacando o exótico e o inusitado a partir de episódios isolados.

Além disso, vemos que os fenômenos interdependentes não são desvelados e que este tipo de jornalismo se revela refém de fontes oficiais, como explicitado em outra síndrome, a lattelização das fontes (Bueno, 2007) que aponta para a disposição apenas de entrevistados que possuem currículo acadêmico ou que consistem em produtores de conhecimento especializado e legitimado no meio científico; muitas vezes estimuladas por interesses pessoais e corporativos. Desse modo, o enfoque abordado pela mídia hegemônica acaba negligenciando e fragmentando a complexidade intrínseca ao tema, bem como tende a incorporar a crise ambiental a uma heurística do medo, no sentido em que a representação da negatividade finda esgotar a possibilidade de ação política (Aguar & Schaun, 2011).

Em nossa ampla pesquisa sobre as proximidades do jornalismo ambiental com a proposta midiativista, tendo como sujeito de pesquisa o portal Amazônia Real, partimos da compreensão do termo meio ambiente e da epistemologia e racionalidade próprias do campo ambiental (Leff, 2001) para entender como se emerge e se caracteriza o jornalismo ambiental. Não como aquele que cobre os temas específicos da área, mas como a práxis que entende o atravessamento do meio físico e biológico com questões sociais, culturais e do cosmo. Levantamos a hipótese de que as redes de perfil ativistas são capazes de dilatar a propagação de pautas ambientais em um cenário de maior contextualização, complexidade e pluralidade do que é comumente retratado pelos arranjos midiáticos hegemônicos. Além disso, vemos que o sujeito/jornalista integra a luta pela preservação ambiental e enxerga as próprias aptidões de intervenção sendo fomentadas e intensificadas (Autoras, 2020).

No caminho conceitual e metodológico percorrido, destacamos não haver uma definição consensual e uma maneira única de assimilar este tipo de jornalismo, contudo, nos centramos em autores (Girardi et al, 2012; Belmonte, 2017; Bueno, 2007) que fundamentam uma visão complexa e sistêmica dos fatos, na diversidade e pluralismo de vozes, nas contextualizações e relações sociais, econômicas, políticas e culturais interdependentes, além de propor a dilatação das funções do jornalista para o sentido do engajamento. Ou seja, um jornalismo calcado no comprometimento e na promoção da qualidade de vida planetária, que busca enxergar além das consequências, elucidando as causas e possíveis soluções para as problemáticas abordadas.

Destacamos os principais pressupostos teóricos dessa especificidade jornalística, elencados e sintetizados por Loose e Girardi (2017, p. 158), sendo vistas como premissas em construção, pouco evoluídas nos grandes conglomerados de mídia. São eles: 1) ênfase na contextualização – relacionada a expectativa de superar a fragmentação e descontinuidade, enfatizando uma ampla, profunda, crítica e complexa contextualização, de modo que se teça as conexões de causas e consequências; 2) pluralidade de vozes – diz respeito a representação da multiplicidade de discursos que estão envolvidos com a temática, em especial os que não dispõem de legitimidade científica, empresarial ou política, e ao rompimento do conhecimento científico único, de natureza cartesiana; 3) assimilação do saber ambiental – compreende o entendimento dos valores e da consciência

ambiental, sendo necessário internalizá-los com a intenção de possibilitar um desenvolvimento sustentável, duradouro e equitativo; 4) cobertura sistêmica e próxima à realidade social – refere-se a indispensabilidade de trazer as questões ambientais para perto do dia a dia do público, desvelando as conexões nem sempre óbvias, e destacando as relações existentes; 5) comprometimento com a qualificação da informação – abarca o engajamento e a militância como ações críticas, em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos nocivo e conflituoso entre a sociedade e a natureza; 6) responsabilidade com a mudança de pensamento - envolve assumir a função de contribuir para ser transformador e mobilizador a partir de informações qualificadas, objetivando empoderar – como verbo coletivo -, os cidadãos para maior participação social a favor das causas ambientais; e por último, 7) a incorporação do princípio da precaução – no sentido de dilatar o tempo de ação do jornalismo, orientando-o não somente para o presente, mas também para o futuro, na investida de alertar e impedir consequências negativas.

Nesta esteira do Jornalismo Ambiental está o ambientalismo, que emerge como um movimento social de relevante potência comunicativa (Castells, 1999), considerado pioneiro no emprego das tecnologias de comunicação à medida que se apropria delas como instrumentos de sistematização e mobilização, principalmente por meio da internet, configurando-se como multifacetado devido a pluralidade de sua composição, vozes e modos de manifestação.

É também no advento tecnológico que diferentes atores surgem e conseguem disputar a atenção de audiências distintas com os grandes conglomerados de comunicação, a exemplo do midiativismo ambiental, que ganha contornos de indivíduos, coletivos ativistas ambientalistas e/ou jornalistas que atuam em redes sociais, sites e blogs, “compondo um cenário de atuação dos movimentos na interface comunicação/sociedade” (Moraes & Fante, 2018).

Universos informativos foram se constituindo a partir dos conteúdos elaborados pelo movimento ambiental e pelas mídias de caráter midiativistas (quando esses próprios atores não se fundem e confundem). Moraes e Fante (2018, p. 352) ressaltam que a proposta do ativismo ambiental depende majoritariamente do movimento ambiental organizado, o qual amplifica sua prática a partir das tecnologias da informação, e entendem o midiativismo ambiental “como a complexa relação que se forma entre as causas ambientais, seus defensores e as suas formas de midiatisação”.

Isso posto, na sequência apresentamos duas análises que funcionam como síntese da nossa investigação empírica que busca compreender e problematizar não o midiativismo ambiental, mas a materialização do que preferimos chamar, como reforço semântico, de jornalismo midiativista ambiental.

3 Análise de Cobertura Jornalística Midiativista Ambiental: resultados e discussões

3.1. Manifesto 11 de maio de 2021. “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas: Vinte municípios amazonenses já declararam situação de emergência e previsão é que 350 mil pessoas sejam afetadas em 2021”. A narrativa aborda a devastação e os danos causados pelo aumento do nível dos rios na região, principalmente as preocupações e dilemas vivenciados pela população afetada, que teve seu cotidiano marcado por perdas de moradias e plantações, risco de morte devido à exposição a animais perigosos, prejuízos econômicos, e maior probabilidade de contrair a Covid-19.

Marcas de apuração

O texto apresenta a assinatura da própria agência – por Amazônia Real –, logo após o título. Contudo, posteriormente ao subtítulo e a foto de capa, há a sinalização “por Steffanie Schmidt e Raphael Alves, da Amazônia Real”. No final da reportagem, é feita uma descrição da iniciativa.

A agência de jornalismo independente e investigativo Amazônia Real é uma organização sem fins lucrativos, criada por jornalistas mulheres em 20 de outubro de 2013, em Manaus, no Amazonas, Norte do Brasil. Sua missão é fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo. A linha editorial é voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos. (redacao@amazoniareal.com.br) (Amazônia Real, 2021).

Ao longo da reportagem, é possível constatar que Raphael Alves é o fotojornalista responsável pelas imagens que ilustram a matéria, e subentende-se que Steffanie Schmidt é a jornalista que redigiu o texto. Os nomes referidos não estão listados na equipe que compõe a redação jornalística, o que sugere que são colaboradores da iniciativa, sem tanta ênfase à persona jornalista, como observado em outras reportagens analisadas, inclusive, na que trazemos na sequência.

O acesso da jornalista ao local do acontecimento é sinalizado explicitamente: “A reportagem visitou, na semana passada, Manacapuru” (Amazônia Real, 2021). Ainda que não estivesse declarada, a cobertura presencial poderia ser percebida por outros aspectos, como a quantidade de fontes personagens que vivenciam o contexto apresentado e que compõem a construção da reportagem, a sequência narrativa, as quase 30 fotografias apresentadas no decorrer da página – que retratam cidadãos entrevistados e evidenciam os estragos causados pelas cheias –, creditadas em nome de “Raphael Alves/Amazônia Real” – o que indica que a equipe se deslocou até o local para fotografar –, e pela localização apontada no início da reportagem – Manaus e Manacapuru. Essas informações revelam o engajamento para expor o problema ambiental relatado, além da profundidade da abordagem revelado nos detalhes da narrativa. Vemos aqui o jornalista realizando a apuração in loco, como participante ativo dos acontecimentos, vivenciando e comentando os fatos, uma característica muito demarcada pelo midiativismo.

No que diz respeito à origem da informação, a reportagem traz ao todo 15 fontes. Desse número, sete são classificadas como fontes personagens/cidadãos – sendo que todas relatam as dificuldades enfrentadas pelas enchentes e os danos causados por elas; uma institucional – o Sistema de Alerta Hidrológico do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM); quatro especialistas – a pesquisadora do CPRM responsável pelo Sistema de Alerta Hidrológico (SAH) da Bacia do Amazonas, um doutor em Ciências Florestais e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), o meteorologista do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), e o secretário-executivo do Observatório do Clima; e três fontes do poder público – a Defesa Civil do Amazonas, o Governo do Amazonas, e a Secretaria Executiva de Ações de Proteção e Defesa Civil do Amazonas. São apresentadas ainda como fontes, duas matérias publicadas pela própria agência, contidas em hiperlinks. Nos chama a atenção o número elevado das fontes personagens, o que mostra a preocupação em evidenciar todo o problema do aumento dos níveis dos rios na região, e as consequências ocasionadas. Neste sentido, percebemos que a reportagem evidencia sujeitas e comunidades que “estão fora dos muros da academia, como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua” (Bueno, 2007, p. 37), se comprometendo com a qualificação da informação a partir de uma cobertura sistêmica, próxima à realidade do leitor (Loose & Girardi, 2017) que ao invés de ser informado de forma pretensamente objetiva, com dados sobre a elevação dos níveis das águas, consegue compreender a dimensão ambiental, social, política e econômica do problema a partir dos relatos dos indivíduos afetados.

Marcas da composição do produto

Com relação aos recursos multimídias utilizados, a quantidade de imagens é destaque na reportagem. As 29 fotografias denotam os anseios, preocupações e prejuízos relatados pelas fontes personagens, as quais também são retratadas nas fotos, a partir de imagens que evidenciam o cotidiano vivido pelos cidadãos durante a enchente. Desse número, nove são apresentadas de forma única ao longo do texto, enquanto as 20 restantes estão agrupadas em formato carrossel no meio da página e passam de forma automática, sem que o leitor precise clicar na seta para passar para outra fotografia. Com exceção de uma (foto creditada pelo INPA), todas as imagens exibidas contêm a autoria de Raphael Alves, identificado como fotojornalista da Amazônia Real.

A reportagem apresenta três hiperlinks, que direcionam para duas matérias produzidas pela própria agência (como forma de contextualização), e para uma publicação no YouTube, que seria o “segundo Alerta de Cheia do CPRM”. Após as opções de compartilhamento ao final do texto, são listadas 12 tags.

A caixa de comentários possui uma única contribuição de um leitor e é pouco explorada pelo portal. Constatamos, nesta análise, e em outras do nosso corpus, que os recursos ciberativistas são escassos e não conseguem envolver o público de forma mais direta, apesar do plano narrativo coerente aos pressupostos do jornalismo ambiental, conforme segue.

Caracterização contextual socioambiental

Com os intertítulos “350 mil atingidos”, “Sete grandes cheias”, “As chuvas na bacia”, “Plantações perdidas”, “O risco da Covid-19”, “Desigualdade” e “Prejuízos econômicos”, já é possível perceber a diversidade dos temas abordados, extrapolando somente a tragédia ambiental e estabelecendo as conexões interdependentes relacionadas, com ênfase na contextualização (Loose & Girardi, 2017). A Amazônia Real (2021) dá início a reportagem da seguinte maneira:

A grande cheia do Amazonas já produz estragos para milhares de pessoas. Kerlen, mãe de duas crianças, saiu de sua casa em área alagada e teve de alugar outro imóvel. Bruno perdeu o cultivo de bananas e maracujás, enquanto a plantação de malva de Sidiney se encontra debaixo d'água. Mário viu no quintal cobras e poraquês (espécie de peixe-elétrico da Amazônia). E Marcilene avistou, dias atrás, um jacaré na porta de sua casa. Conforme os dias passam, mais as medições dos níveis dos rios sinalizam para uma enchente entre as maiores já registradas na história e cujos maiores impactos estão só por começar.

O intuito do texto parece exceder os dados sobre as cheias e trazer relatos dos povos que estão vivenciando os dramas ambientais em seus cotidianos, o que pode ser evidenciado na sequência narrativa do trecho acima. Vemos aqui o pressuposto que engloba abordar não somente os desastres de forma espetacularizada – síndrome da baleia encalhada (Bueno, 2007), ou apenas as causas que suscitaram os acontecimentos, mas estender a pauta versando sobre as consequências associadas, bem como quais são as relações sociais, políticas e econômicas que se podem estabelecer. Neste mesmo sentido, o texto também contempla uma abordagem que está próxima a realidade do leitor (Loose & Girardi 2017). Os nomes das fontes personagens são anunciados e trazem uma síntese de suas histórias, já frisando a pluralidade de vozes, outro pressuposto intrínseco ao jornalismo ambiental, com o objetivo de explicar a complexidade em diferentes pontos de vista e afetações. Verificamos ainda que a jornalista alerta que “os impactos estão só por começar”, tangenciando o princípio de precaução elencado por Loose e Girardi (2017).

Em seguida, são exibidos dados e informações sobre o aumento dos níveis dos rios no Amazonas, destacando algumas cidades que se sobressaem na “cota de inundação severa”. Antes de introduzir as explicações de especialistas para o fato evidenciado, os relatos dos personagens

começam a ser descritos, bem como a própria repórter detalha, como personagem coadjuvante, os aspectos dos locais visitados e como as cidades situam-se diante dos alagamentos.

Os especialistas entrevistados trazem uma abordagem que é próxima a do leitor, com analogias como “nem mesmo ‘a maior obra de engenharia do mundo’ seria capaz de controlar as cheias”, e não só explicam aspectos mais técnicos como também comentam as temáticas sociais que envolvem o problema, como na fala do secretário-executivo do Observatório do Clima que problematiza o racismo ambiental: “Essa questão do clima chega às populações mais pobres de maneira totalmente desproporcional. A população que já sofre com outras desigualdades é a que mais vai sofrer com aumento de temperatura e cheia”, como também evidenciado no trecho abaixo, proferido pela pesquisadora entrevistada: “É fundamental garantir o fornecimento de água potável. Mas sabemos que muita gente acaba voltando para essas localidades alagadas, não por opção, mas por falta dela”.

Posteriormente, são apresentadas informações obtidas pelas fontes oficiais sobre o número de pessoas afetadas pelas cheias, as cidades que declararam situação de emergência, a oferta do Auxílio Emergencial Enchente, o valor das operações que estão sendo realizadas, bem como quais são elas e o repasse para aplicação em ações de socorro nos municípios. A reportagem ainda traz uma contextualização histórica sobre o aumento dos níveis dos rios já ocorrido em anos anteriores, alicerçada nas falas de especialistas que mencionam termos mais técnicos/científicos – como os fenômenos climáticos El Niño e La Niña, a diferença nas temperaturas superficiais dos oceanos, a Célula de Walker, o ciclo hídrico da bacia do Amazonas –, devidamente decodificados no texto.

Em “Plantações perdidas”, a Amazônia Real dá espaço para os relatos dos moradores das regiões mais afetadas, que destacam as dificuldades de locomoção, a necessidade de se mudar de suas moradias, os prejuízos econômicos trazidos bem como as perdas das plantações cultivadas, a preocupação com a proximidade que grandes embarcações passam na frente das comunidades.

Silas Rodrigues, 45, está desempregado e sem conseguir trabalho devido à pandemia da Covid-19. Sem dinheiro para o básico como o gás, ele aquece o café com restos de madeira, próximo a uma passagem construída para garantir o deslocamento em áreas alagadas no centro de Manacapuru. Ele vive com a esposa, cinco filhos, cunhado e uma nora em sua casa de madeira. Segundo ele, que está na cidade há cinco anos, para onde se mudou para trabalhar com roçado, essa é a maior enchente que ele já presenciou. “Me sinto totalmente isolado com tudo isso. Não consigo trabalho desde a pandemia. A gente corre atrás, mas ninguém vem até nós”, desabafou (Amazônia Real, 2021).

A narrativa apresenta alguns trechos mais descritivos e literários, o que de certo modo traz compreensão e envolve o leitor na narrativa aprofundada. Além do fragmento destacado acima, outros trechos também tecem críticas ao governo e revelam a insatisfação da população e a falta de auxílio e suporte, o que gera indignação, reproduzida na fala de uma das fontes personagens, que trabalha com pesca e roçado: “Nossa plantação de malva foi para baixo d’água. Acho que perdemos 90% de tudo. O que salvamos está aqui. Mas ninguém assiste a gente. Ninguém vem aqui, mas 80% da renda da cidade é a gente da zona rural que produz”. Ademais, o texto aborda como as cheias podem afetar a pandemia de Covid-19, “desvelando as conexões nem sempre óbvias, e destacando as interdependências existentes” (Loose & Girardi, 2017) e ainda discorre sobre os prejuízos econômicos e a desigualdade social tão marcada no Brasil.

Percebemos que as informações são bem distribuídas, interconectando as informações exibidas, a partir de uma complexa, ampla e profunda ênfase na contextualização, assimilação do saber ambiental, comprometimento com a qualidade da informação, cobertura sistema e próxima a realidade do leitor, características já descritas e tão caras ao jornalismo ambiental.

3.2. Manifesto2. 14 de novembro de 2021. “Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro: no texto final, assinado por cerca de 200 países em Glasgow, na Escócia, até o secretário-geral da ONU reconhece que foi dado um ‘passo importante, mas não suficiente’”. A reportagem traz um compilado geral a respeito do término da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 (COP-26) e as decisões tomadas no acordo final, além de evidenciar as críticas feitas por ativistas e ambientalistas. Enfatiza a existência de dois lados antagônicos do Brasil na Conferência, bem como aborda o balanço do evento para o país. Trata ainda da relação do Brasil com o desmatamento contínuo e dos “fracassos” das negociações.

Marcas de apuração

O texto é de autoria da jornalista Alicia Lobato. Ao final da reportagem, consta a informação de que a repórter é a enviada especial da Amazônia Real na cobertura da COP 26. A agência também integra a COPCOLLAB26, cobertura colaborativa da conferência realizada por coletivos, organizações, mídias independentes, midiativistas, jornalistas e comunicadores. Fazem parte do grupo colaborativo, entre outras organizações, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Mídias Índia e Ninja.

Notamos que houve um esforço da agência para informar sobre o evento a partir de uma correspondente enviada ao local, dada a relevância mundial da Conferência do Clima. Inferimos ainda que fazer parte de uma cobertura colaborativa, em rede, além das parcerias com outras iniciativas que a agência também realiza, pode configurar uma das características dos novos arranjos jornalísticos (Fíguro et al, 2021). Após o comunicado, há a biografia da repórter:

Alicia Lobato é jornalista, natural de Belém (PA) e vive em Manaus desde 2017. Integra a equipe da agência Amazônia Real desde 2019, quando iniciou como estagiária depois de participar da 1ª Oficina de Jornalismo Socioambiental promovida pela Amazônia Real e pela organização internacional Climate Tracker. Na agência, escreve reportagens que pautam a violência contra a mulher e o racismo. Tem interesse pelo jornalismo ambiental e de dados. (alicia@amazoniareal.com.br) (Amazônia Real, 2021).

Destacamos aqui a personalização da jornalista com causa própria. A partir das informações constatadas, é possível perceber que ela teve sua carreira profissional moldada/alavancada a partir do estágio realizado na própria agência. Além disso, verificamos o ativismo de múltiplas bandeiras, visto que a jornalista pauta temáticas que envolvem a violência contra a mulher e o racismo. Frisamos a apresentação da profissional, sua atuação, disponibilidade de contato vai ao encontro da proposta do/a indivíduo mobilizador como cerne do midiativismo.

Com relação ao acesso da jornalista ao local do acontecimento, está explícito o deslocamento para a cobertura jornalística do evento, como mencionado anteriormente. Além disso, há outros aspectos que evidenciam este fato, como a presença da localização da repórter no início da reportagem – Glasgow (Escócia), sede do evento – e algumas sentenças ao longo da reportagem: “afirmou à Amazônia Real Márcio Astrini, diretor-executivo do Observatório do Clima. Astrini acompanhou, em Glasgow, as negociações multilaterais” (Lobato, 2021, grifos da autora) e “Leite, ainda na coletiva de imprensa acompanhada pela Amazônia Real, fez um resumo da participação do País na conferência”. Neste sentido, vemos a proximidade com a performance midiativista, que acompanha os acontecimentos in loco, como constatado também em outras reportagens analisadas. No que diz respeito à origem da informação, identificamos oito fontes ao longo do texto, sendo que seis compreendem fontes do poder público – o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o embaixador e chefe da delegação brasileira na COP26, o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ministro brasileiro do Meio Ambiente e a

representante das Ilhas Maldivas; uma se enquadra como fonte personagem/cidadã – uma ativista; e uma como fonte especialista – o diretor-executivo do Observatório do Clima. Ademais, duas matérias publicadas pela Amazônia Real são hiperlinkadas para contextualizar as informações trazidas.

Notamos que a maioria das fontes abrange pessoas e/ou órgãos ligados ao poder público e há apenas uma fonte cidadã, sendo uma ativista conhecida mundialmente. Portanto, não constatamos a assimilação de saberes diversos e a pluralidade no sentido de trazer vozes de sujeitos “comuns”, que residem nas comunidades afetadas pelos acordos finalizados na Conferência, ou seja, esbarra na síndrome da lattelização das fontes (Bueno, 2007), vista também nas análises de outras reportagens. Contudo, percebemos que a jornalista incorpora uma opinião, dada a narrativa construída em tom de lamento/lástima, o que será evidenciado no último nível analítico. E nesse sentido, identificamos o engajamento da repórter, com uma postura assertiva, que interessam para o midiativismo e para o próprio jornalismo ambiental.

Marcas da composição do produto

Observamos ao longo da reportagem a presença de 13 fotografias. Desse total, oito estão agrupadas em formato de carrossel (uma característica empregada diversas vezes pela agência). Nenhuma delas é de autoria da Amazônia Real, sendo os créditos diversificados – três foram realizadas pela fotógrafa da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), três pelo MMA, três pela Mídia Ninja, duas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), uma de reprodução de um usuário do Instagram e uma de reprodução de *livestreaming*.

Há ainda um vídeo proveniente do canal do YouTube do *Guardian News*, veículo jornalístico que transmitiu o evento em tempo real por meio de live. Com o título “Cop26: Alok Sharma realiza sessão de balanço – assistir ao vivo” (tradução nossa), o recurso está programado para iniciar no momento em que o presidente da conferência realiza discurso sobre os acordos finais estabelecidos, visto que a duração total é de quase sete horas de live. É a única reportagem analisada que apresenta um vídeo já incorporado ao texto, sem estar vinculado a um hiperlink, o que inferimos proporcionar, no caso, maior chance de acesso, pela facilidade em clicar e assistir imediatamente o conteúdo.

Quanto à utilização de hiperlinks, identificamos oito distribuídos no decorrer do texto. Três encaminham o leitor para a página do Twitter, sendo um para o tweet feito pelo perfil do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, um publicado pelo perfil do MMA – contudo, consta como tweet excluído – e outro postado pelo usuário da ativista Greta Thunberg. Dois são direcionados para reportagens publicadas pela Amazônia Real, como já mencionado, um para o site que hospeda informações sobre a COPCOLLAB26 e outro para a página de doações da agência. São utilizadas ainda 12 tags posteriormente as opções de compartilhamento.

Na caixa de comentários não constam contribuições. Com relação aos recursos midiativistas mais instrumentais, não constam para além da narrativa discursiva que será apresentada a seguir.

Caracterização contextual socioambiental

A jornalista inicia o texto afirmando, em tom de lástima, que “o acordo possível da COP26 foi selado na noite de sábado, em Glasgow, com a certeza de que ele não conseguirá limitar o aquecimento global a 1,5°C”. Em seguida, traz o relato do secretário-geral da ONU, que corrobora com a sentença proferida por ela, na medida em que ele se desculpa, em vídeo, pelo “passo importante, mas não suficiente”:

Quero mandar uma mensagem para os jovens, comunidades indígenas, mulheres e todos aqueles que lideram o combate às mudanças climáticas: sei que estão desapontados, mas o caminho para o progresso não é uma linha reta. Às vezes,

existem desvios e valas, mas eu sei que podemos chegar lá. Estamos na luta por nossas vidas e esta luta precisa ser vencida. Nunca desistam, nunca recuem, continuem pressionando, eu estou com vocês.

Após expor o discurso da fonte, a autora ainda destaca que com a presença de cerca de 200 países, a COP 26 terminou “sem que os povos amazônicos pudessem celebrar” (Lobato, 2021), referindo-se a compromissos que, embora firmados paralelamente na primeira semana do evento para a redução do desmatamento e da emissão de metano em 30% até o ano de 2030 – indicadores que afetam de forma direta o uso da floresta amazônica, “não houve um acordo para a transição de energia de fontes poluidoras para as de matrizes limpas”. Além disso, Lobato (2021) evidencia que no documento final, a palavra “eliminar” foi substituída por “reduzir” o uso de combustíveis fósseis, “os mais danosos e principais responsáveis pelo aquecimento global”. Contudo, a jornalista explicita que o emprego da palavra “já é um avanço”, visto que é a primeira vez que incluem, em um texto da COP, um indicativo de restrição. Destacamos o seguinte argumento da própria repórter:

Na prática, o acordo final da COP26 adia a solução para os próximos anos, o que sinaliza que eventos climáticos extremos, como inundações, secas e incêndios florestais, continuem a castigar o planeta. A sinalização por uma eliminação do uso de combustíveis fósseis, incluindo o petróleo, o gás e o carvão natural, impactaria diretamente o Brasil. A Petrobrás, maior empresa brasileira, se tornaria obsoleta e desvalorizada em pouco mais de três décadas (Lobato, 2021).

Notamos que a autora revela sua posição, a partir de uma postura crítica em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos lesivo e conflituoso entre a natureza e a sociedade (Loose & Girardi, 2017), e ainda se coloca como além de sua função profissional, como sujeita que também é afetada pelos tratados versados, no horizonte de uma transgressão solidária midiativista. Contrariando o tom de lamento exposto até o momento, a jornalista aponta a comemoração feita pela comitiva oficial brasileira, que “foi a Glasgow de olho em recursos financeiros”, com a finalização do livro de regras de implementação do Acordo de Paris, o qual regulamentou o Artigo 6 que estipula a criação de um mercado de carbono. Para tanto, evidencia o tweet publicado pelo perfil do MMA no Twitter: “O Brasil se prepara para ser grande exportador de créditos carbono!”.

A reportagem traz ainda o relato do embaixador e chefe da delegação brasileira no evento, que salienta “o prazer de ver que o artigo 6 permite um novo canal para o fluxo financeiro internacional para os esforços de mitigação dos países em desenvolvimento”. Seguindo esse raciocínio, Lobato (2021) frisa que os países participantes da conferência “foram duramente criticados pelos ativistas por usarem da conferência para conseguir recursos financeiros com a desculpa de que precisam de financiamento para começar a combater a crise climática com urgência”. A sentença reflete a posição de repulsa e a rejeição a visão cartesiana do governo, centrado apenas nos interesses econômicos, sem respeitar e considerar a esfera ambiental em todos os seus âmbitos. As críticas também se estenderam às empresas, que participaram dos debates e ofereceram “recursos bilionários para ações de combate ao aquecimento global” (Lobato, 2021), além de adotarem políticas de “*greenwashing*”, a lavagem/maquiagem verde.

O texto segue afirmando existir “dois Brasis na COP26”, sendo que o governo “optou por apoiar explicitamente apenas um deles”. De um lado, havia a presença da maior comitiva de povos indígenas já vista em uma conferência das partes, movimentos sociais, cientistas e ambientalistas. De outro, um pavilhão bancado pelo governo federal, apoiado pela Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional da Agricultura. Lobato (2021) salienta que os indígenas “se viram perseguidos por apoiadores de Bolsonaro”, principalmente após a participação da jovem líder Txai Suruí no discurso de abertura da COP26, e relata a invasão realizada por criminosos na casa da liderança indígena Alessandra Korap Munduruku, que também esteve no evento. A partir das

palavras escolhidas pela jornalista, fica claro qual lado ela integra nesse aspecto, ou seja, o grupo que defende e engloba os vários matizes em que a temática ambiental se desdobra.

A autora da reportagem ainda traz a opinião da ativista Greta Thunberg exposta no Twitter e que ironiza o resultado do evento e expressa seu ceticismo: “A #COP26 acabou. Aqui está um breve resumo: blá, blá, blá. Mas o verdadeiro trabalho continua fora desses corredores. E nunca vamos desistir, nunca”.

Lobato (2021) menciona a revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês) – denominação do documento que determina metas voluntárias de cada país –, restabelecendo um objetivo acordado pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015. Para tal, explica, em metáfora política que remete ao impedimento da então presidenta, que a NDC brasileira, sob gestão do ex-ministro do Meio Ambiente “havia sofrido uma ‘pedalada ambiental’, já que falseou os dados para que o país pudesse continuar aumentando emissões. Na prática, isso permite “o avanço do garimpo ilegal, da grilagem de terras e da pecuária sobre a floresta amazônica”, conecta a repórter para o leitor/a.

O relato do diretor-executivo do Observatório do Clima dá ênfase ao potencial do Brasil anulado pelo governo. Com base em dados divulgados, concomitantemente ao evento, sobre os índices de desmatamento, a fonte ressalta o problema vivido pelo país: “quando fecharmos as portas aqui (da COP26), voltamos para a realidade que o Brasil continua sendo sob a gestão de Bolsonaro, um problema para o clima mundial porque temos um governo da destruição e não um governo que vai trazer a solução”. Ou seja, o descontentamento da jornalista com a questão retratada é corroborado por ativistas, especialistas e demais sujeitos que compreendem o entendimento dos valores e da consciência ambiental e a necessidade de internalizá-los (Loose & Girardi, 2017). Aqui e em outros pontos do texto, são retomadas as crises ambientais em uma relação de causa e consequência, visto que o desmantelamento e o enfraquecimento das políticas públicas adotadas refletem na devastação ambiental.

A jornalista aponta que “o ministro brasileiro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, demonstrou ignorância ao ser questionado numa coletiva de imprensa, na sexta-feira, sobre os dados do desmatamento do Inpe” e “desconversou” acerca do assunto. Ela confronta ainda que, naquele momento, o ministro “respondia a uma pergunta sobre ter usado dados contestáveis ao falar de conquistas ambientais do Brasil”. Por esta perspectiva, vemos que a autora, além de destacar o contexto político atual, versa sobre um governo que se utiliza de falsas informações sobre a questão ambiental. Destacamos ainda o seguinte alerta emitido por Lobato (2021), que se incorpora ao princípio de precaução, posto que salienta a gravidade envolvida e a necessidade de intervenções que minimizem os danos causados:

Para frear o aquecimento global, embora os países estejam se comprometendo a reduzir suas emissões de gases estufa, ainda será necessário que outras medidas compensatórias sejam adotadas, e uma delas é permitir que os países em desenvolvimento como o Brasil não só interrompam a destruição de suas florestas, como possam ter recursos para manter a preservação de suas áreas verdes.

A jornalista afirma que “outro fracasso nas negociações da COP26” foi a ausência da proposta de elaboração de um fundo de “perdas e danos” para nações que já encaram as emergências climáticas. Ao final da reportagem, Lobato (2021) destaca a fala do presidente do evento, que emocionado, lamentou “que o acordo final evitou a determinação pelo fim do uso de combustíveis fósseis”. Essa prática de respaldar o argumento central da reportagem com citações de especialistas foi usual e de certa forma atende aos anseios da credibilidade jornalística.

4 Protestos possíveis

A partir dos resultados obtidos com a análise realizada nas oito reportagens, duas em validação aqui, foi possível verificar na prática que, muitas vezes, os fenômenos estudados se fundem na medida em que o midiativismo está presente nos princípios do jornalismo ambiental, bem como, a partir das TICs, se apropria dessa especificação jornalística para a construção de narrativas midiáticas potentes e transformadoras, objetivando a ampliação do alcance das questões ambientais complexas, que passam a ser contextualizadas e desveladas. De antemão, podemos garantir que a Amazônia Real consegue se aprofundar nas temáticas propostas e trazer grande parte dos pressupostos do jornalismo ambiental de modo mais evidente.

Constatamos a materialização do midiativista a partir de um ponto de vista mais emancipatório, especialmente, no plano narrativo. A cobertura jornalística analisada evidencia que há um modo de se dizer e informar discrepante da superficialidade e véu da objetividade pregada pelo mainstream midiático. Por ser exercido por indivíduos/profissionais que acreditam no potencial transformador e mobilizador do jornalismo ativista, notamos que a militância, as críticas e posicionamentos mais contundentes, principalmente a atores políticos, por meio de ironia, desprezo e indagações são utilizadas como táticas indiretas atravessadas em diferentes momentos pela Amazônia Real, em maior ou menor grau. A opinião e vivência dos/as repórteres é fundante e traz grandeza à narrativa, como no caso da reportagem já analisada anteriormente (Autoras, 2022) “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia”, escrita pela repórter indígena Luciene Kaxinawá.

Portanto, destacamos a prática de um jornalismo mais engajado e comprometido com a questão ambiental em todas as suas esferas, demarcando, inclusive, uma perspectiva mais humana que trata de desigualdades e injustiças sociais por meio de denúncias e da sensibilidade hacker (Moraes, 2022).

Há fragilidades, contudo, no enquadramento midiativista quando notamos os poucos recursos tecnológicos para engajamento da audiência, com poucas propostas de participação direta, mobilizações agregadas e viralizações. Assim como nas amarras ainda mantidas com a estética do jornalismo convencional na apresentação das informações, escolha e legitimação das fontes. Por exemplo, apesar do espaço ocupado por vozes minoritárias, que não possuem espaço na mídia hegemônica, há uma concentração ainda significativa de fontes oficiais e especialistas, utilizadas para respaldar as perspectivas de ativistas e da própria repórter.

Inferimos, contudo, que a iniciativa utiliza posicionamentos mais incisivos por meio de recursos discursivos, que se apresentam como uma forma de tática indireta, valendo-se das circunstâncias e dos contextos veiculados como práticas que tentam resistir a então obscura conjuntura ambiental. São mais do que notícias, com potencial para o que pensamos ser a reportagem-manifesto. E neste sentido, não temos nenhuma pretensão em dizer como se faz midiativismo porque, como lembra Peruzzo (2018), as práticas são demasiadas, assim como seus atores e atrizes o são e, também, os motivos que perpassam esse fenômeno são distintos e necessitam da incorporação de táticas e estratégias diversas. Vamos continuar acompanhando e protestando.

Referências

Autoras (2020) ...

Autoras (2022) ...



Aguiar, L.A; Schaun (2011), A. Heurística do medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. *Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.*, [S.l.], 1-15. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/am.v1i2.26423>.

Amazônia Real. *Site oficial*. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br>.

Amazônia Real (2021). Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/milhares-ja-sofrem-com-a-cheia-no-amazonas>.

Belmonte, R.V (2017). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 6, n. 2, 110-125 Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6656/3817>.

Braighi, A.A & Câmara, M.T (2018). O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: Braighi, A.A & Câmara, M.T (Eds.), *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (25-42). Belo Horizonte: Cefet.

Castells, M (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M (2013). *Redes de Indignação e esperança - movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar

Fíguro, R. et al (2023). *Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas*. São Paulo: ECA-USP.

Girardi, I. et al (2012). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. *Comunicação & Sociedade*, v. 34, n. 1, 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972>.

Holanda, J.S. P & Costa, L.M. & Kaapa, P. Jornalismo Ambiental: características e interfaces de um campo em construção. In: *43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2020*, Online. Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2020.

Jordan, T (2002). *Activism! Direct action, hacktivism and the future of society*. London: Reaktion Books.

Leff, E (2001). *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez.

Lobato, A (2021). Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro. *Amazônia Real*. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/acordo-final-da-cop26/>.

Loose, E.B & Girardi, I.M. T (2017). O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *INTERIN*, v. 22, n. 2, 154-172.

Moraes, C. & Fante, E (2018). Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: Braighi, A.A & Câmara, M.T (Eds.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (336-355). Belo Horizonte: Cefet.

Moraes, F (2022). *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago editorial.

Peruzzo, C (2018). Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: Braighi, A.A & Câmara, M.T (Eds.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. (43-61) Belo Horizonte: Cefet.

Silva, G & Maia, F.D (2011). Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo metodológico. *Rumores*, 10, ano 5, 18-35. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250.

¹ Destacamos, dentro do período do corpus da pesquisa, a crise no Ministério do Meio Ambiente, que resultou na renúncia do até então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após ser acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de esquema criminoso, já mencionado anteriormente; ocorrência de enchentes, estiagens duradouras com seca histórica e tempestades de areia, intensificação de queimadas e incêndios florestais na Amazônia e Pantanal, evidenciando a crise climática brasileira; o alerta vermelho sobre o aquecimento global em relatório publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas; o recorde de desmatamento na Amazônia, com avanço para áreas antes intocadas; aumento de conflitos, bem como de invasões e violência de garimpeiros em áreas indígenas; a tramitação e aprovação de projetos de lei voltados à flexibilização do licenciamento ambiental e à liberação do garimpo e da grilagem de terras, os quais ameaçam a floresta e os territórios dos povos originários; além da ocorrência da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26), evento mundialmente relevante no âmbito das questões ambientais.

Declaração de conflito de interesse

Conflic of interest declaration

As autoras declaram que não há conflito de interesses

The authors declare that there is no conflict of interest

Declaração de contribuição das autoras

A autora Katarini Giroldo Miguel fez a revisão do manuscrito, aporte dos conceitos, conferência dos dados, articulação dos resultados e preparação para publicação. Orientadora da pesquisa.

Data Curation

Validation

Supervision

Writing – review and edition

A autora Amanda Franco de Souza foi responsável pela revisão teórica pertinente ao jornalismo ambiental e midiativismo, coleta de dados, pesquisa empírica e redação preliminar. Acadêmica mestre em Comunicação.

Conceptualization

Formal analysis

Investigation

Methodology

Writing – original draft

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.